

APÓS UM ANO DE LUTAS E VITÓRIAS: FELIZ 2025



A matéria principal traz um apanhado dos acontecimentos relevantes do ano. Nossas lutas, ações, melhorias e vitórias. Após um ano de trabalho intenso e de lutas significativas, estimamos à toda nossa comunidade um excelente final de ano!

Que 2025 nos traga mais oportunidades e batalhas que enfrentaremos juntos. Agradecemos a todos e todas que fizeram parte de mais um capítulo da nossa história.

FEDERAÇÃO

VINTE ANOS DE PROIFES. SINDICATO SEDIA ENCONTRO NACIONAL

Página 4

COMPROMISSO

UFJ REAFIRMA COMPROMISSO COM MISSÕES DO PROJETO RONDON

Página 10

AVANÇO

UFCAT APROVA NOVO PROGRAMA DE DOUTORADO

Página 11



Adufg-Sindicato em tempo real

Aponte a câmera do seu celular e se conecte conosco. Política, cultura, agenda de atividades e muito mais. Siga-nos



Prezadas e prezados colegas filiados e filiadas ao Adufg-Sindicato. Desejamos a todas e todos, um feliz ano de 2025 com muita alegria junto aos seus familiares. Tenham a certeza de que a luta em defesa da nossa carreira, melhores condições de trabalho, por mais orçamentos para as universidades federais e por uma sociedade mais justa e com igualdade social continuará em 2025.

Na retrospectiva de 2024 do Adufg-Sindicato, salientamos a nossa participação em todas as fases da negociação com o governo federal, que resultou na assinatura de um acordo para um reajuste salarial em janeiro de 2025 e outro reajuste em abril de 2026. Participamos e apoiamos vários eventos nas universidades, bem como visitamos várias unidades mantendo um contato mais próximo com as professoras e os professores, tendo a oportunidade de escutá-los e refazer nosso planejamento de ações.

Em relação aos nossos aposentados, que durante décadas estiveram ativos nos laboratórios de pesquisa, nas orientações, nas salas de aula ou nas atividades de extensão, vale lembrar que continuaram

a ter no Adufg-Sindicato um tratamento reconhecido de integração plena em inúmeras atividades e que, também, estão contemplados no acordo assinado. A nossa mobilização foi constante junto ao Instituto MOSAP em Brasília para a apensação da PEC 06/2204 à PEC 555/2006, que prevê o escalonamento da contribuição dos aposentados à Previdência até a sua extinção aos 75 anos.

Para melhorar a infraestrutura social do Sindicato, foram construídos em 2024, na Sede Campestre 12 novos chalés e 12 novos quiosques. Foram ampliadas também as condições do Espaço Saúde com novos atendimentos. Em outubro foi inaugurada a Biblioteca Comunitária Infantil, num espaço especial na sede do Sindicato.

Em 2025 continuaremos firmes nas ações políticas, sem jamais deixar de ser um sindicato comprometido com o bem estar das filiadas e filiados. Em nome da diretoria do Adufg-Sindicato, desejamos a todas as filiadas e a todos os filiados, juntamente com seus familiares, um feliz Natal e um feliz e próspero ano de 2025.

Geci José Pereira da Silva
Diretor Presidente

Jornal do(a) Professor(a)

20ª DIRETORIA EXECUTIVA SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

Geci Silva
Diretor Presidente

Luciene Dias
1ª Vice-presidenta

Luís Contim
2º Vice-presidente

Ricardo Moura
3º Vice-presidente

Gláucia Carielo
Diretora secretária

Tatiana Fiuza
Diretora de Comunicação, Promoções
Sociais, Culturais e Científicas

Flávio Silva
Diretor Administrativo

Maria José Pereira
Diretora de Assuntos
Educação e de Carreira

Romualdo Pessoa
Diretor Financeiro

André Geyer
Diretor de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Ana Kratz
Diretora de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Geovana Reis
Diretora de Relações
Interinstitucionais

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

ANO XII - Nº 89

DEZEMBRO DE 2024

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Mariana Andrade
Editora responsável

Artur Dias
Reportagem

Guilherme de Andrade
Reportagem

Luana Cardoso
Reportagem

Fotografias: Nilma Ayumi

Diagramação: Raphael Dourado

Estagiário: Julio Gabriel

Data de fechamento: 15/12/2024

Tiragem: 3.000 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiania - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:

@adufgsindicato

Prestação de contas

MAIO DE 2024

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	433.232,15
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	1.944,70
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	0,00
1.4	Receitas Financeiras	27.638,52
1.5	Outras Receitas	27.567,77
1.6	Resgate de aplicações financeiras	40.888,91
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	1.626,83
Total R\$		529.645,22

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1 Despesas com Pessoal		
2.1.1	Salários e Ordenados	97.133,30
2.1.2	Encargos Sociais	49.806,63
2.1.3	Seguro de Vida	711,44
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	1.713,37
2.1.5	Ginástica Laboral	758,74
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	2.442,96
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.163,44
Total R\$		153.729,88

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	3.182,64
2.2.2	Despesas com Correios	40,54
2.2.3	Energia Elétrica	1.875,66
2.2.4	Honorários Advocáticos	13.313,43
2.2.5	Honorários Contábeis	5.650,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	320,00
2.2.7	Serviços Gráficos	2.160,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	2.629,80
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	994,17
2.2.11	Vigilância e Segurança	0,00
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	2.500,00
2.2.13	Serviços de Informática	3.496,31
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.15	Água e Esgoto	860,78
Total R\$		37.023,33

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	8.094,63
2.3.2	Despesas com Táxi	251,85
2.3.3	Despesas com Coral	3.184,50
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	197,23
2.3.5	Diárias de Viagens	4.429,20
2.3.6	Tarifas Bancárias	1.644,40
2.3.7	Lanches e Refeições	6.167,60
2.3.8	Sextart	3.226,09
2.3.9	Patrocínios e Doações	10.294,11
2.3.10	Manutenção de Veículos	160,00
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	10.623,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	0,00
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	4.759,98
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	6.374,80
2.3.16	Hospedagens Hotéis	1.012,57
2.3.17	Material de expediente	0,00
2.3.18	Outras despesas diversas	5.646,11
2.3.19	Manutenção e Conservação	8.928,56
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	2.086,34
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.946,46
2.3.22	Despesas com Sede Cidade de Goiás	1.020,57
2.3.22	Despesas com eleições	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	136,63
2.3.24	Sabadart Sd. Adm. Jataí	0,00
2.3.25	Sabadart Sd. Adm. Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	27.170,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	0,00
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	957,69
Total R\$		109.312,32

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	5.398,19
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	3.875,79
Total R\$		9.273,98

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	34.524,10
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	4.848,00
2.5.3	Proifes Federação	28.246,53
Total R\$		67.618,63

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	376.958,14
3 Resultado do exercício 04.2024 (1-2)	152.687,08

4 Atividades de Investimentos		
4.1 Imobilizado		
4.1.1	Construções e Edificações	228.172,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	2.396,23
4.1.4	Móveis e Utensílios	4.941,93
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		235.510,16

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	8.901,17
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		8.901,17

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação	60,00
Total R\$		60,00

Total Geral dos Investimentos R\$	244.471,33
5 Resultado Geral do exercício 05.2024 (3-4)	-91.784,25

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

Os balanços dos meses anteriores estão disponíveis em www.adufg.org.br.



Contexto

Movimento sindical, articulação docente, conjuntura Política, carreira, jurídico, cultura.

POR GEOVANA REIS

BRASIL TEM MAIOR CARGA HORÁRIA DE PAÍSES DO G7

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a média de horas trabalhadas no Brasil é superior à dos países do G7 (grupo de países mais desenvolvidos) e de metade dos países do G20. Aqui a média fica em 39 horas, contra 32,1 horas no Canadá, 34,2 horas na Alemanha, 35,9 horas na França e Reino Unido, 36,6 horas no Japão e 38 horas nos EUA. O Brasil também está acima da média mundial que fica em 38,2 horas.

Os dados mostram que a ideia de que em países desenvolvidos se trabalha mais é falsa. Uma jornada de trabalho mais curta é mais produtiva e permite melhor qualidade de vida e valorização social para os trabalhadores.



Foto: Fernando Fração - Agência Brasil

ESCALA 6X1

No Congresso, parlamentares buscam apoio para a Proposta de Emenda a Constituição (PEC) que propõe o fim da escala 6x1, em que trabalhadores têm apenas um dia de folga a cada seis dias de trabalho. A proposta, de autoria da Erika Hilton (Psol-SP), prevê 36 horas de trabalho semanal com três dias de folga, a escala 4X3, sem a redução de salário. Parlamentares que articulam a PEC afirmaram ter 60 assinaturas além do necessário, mas o projeto deve ser protocolado no fim de fevereiro ou em março do ano que vem.

UFJ EM SIMPÓSIO INTERNACIONAL

Pesquisadores do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Jataí (UFJ) representaram a instituição no XX Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada e IV Encontro Luso-Afro-Americano de Geografia Física e Ambiente. O evento aconteceu na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e contou com a participação de 18 representantes de Jataí. Na ocasião foram apresentados 19 trabalhos acadêmicos que participaram das discussões em geografia física e meio ambiente.

UFCAT EM CONFERÊNCIA NA ESPANHA

Professores da Universidade Federal de Catalão (UFACT) apresentaram os resultados de suas pesquisas no 47th International Conference on Boundary Elements and other Mesh Reduction Methods, que aconteceu em Sevilha, na Espanha. Gabriela Fernandes e Júlio Pituba representaram a Instituição no evento, que é tradicional na área da Mecânica Computacional e contou com a participação de pesquisadores de todo o mundo.

NOVIDADES NA PROCURADORIA

A Universidade Federal de Goiás (UFG) tem uma nova procuradora-chefe. Eunice Maria Ludwig Chedid foi empossada no dia 12 de novembro em cerimônia no Gabinete da Reitoria, afirmou estar entusiasmada com o trabalho e ressaltou que a primeira tarefa é fazer um diagnóstico completo no setor. Ela também defendeu a necessidade de otimizar as atividades da Procuradoria Federal junto à UFG.



Eunice Maria Ludwig Chedid e Reitoria da UFG Angelita Pereira de Lima

REPRESENTATIVIDADE

O Conselho Deliberativo do Proifes-Federação aprovou uma alteração em seu estatuto com o objetivo de garantir a paridade de gênero na composição da diretoria. O presidente da federação, Wellington Duarte, pontuou que trata-se de uma conquista e que ela “foi fruto de uma construção democrática, plural e inclusiva, que reforça o espírito federativo e o compromisso com a igualdade dentro da nossa entidade”.

EBTT

A federação também participou da terceira reunião do Grupo de Trabalho (GT) do MEC que trabalha na elaboração de um substitutivo da Portaria MEC 983/20. O objetivo é modernizar e aprimorar o ensino na Rede Federal. Entre os pontos debatidos, o Proifes destacou a importância da realocação da descrição das atividades docentes, que inicialmente estava em anexos da legislação, para o corpo principal da norma. Essa alteração reforça a clareza e a importância das funções citadas.

MULHERES NA CIÊNCIA

A professora Symone Gomes Soares Alcalá, do curso de Engenharia de Produção, da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UFG), recebeu o Prêmio CAPES Elsevier 2024 – Mulheres na Ciência, no dia 6 de novembro. A docente afirmou que o prêmio reconhece e valoriza pesquisadoras de todas as regiões do Brasil e demonstra um avanço no que se refere à equidade de gênero e superação das diferenças regionais no acesso à ciência.

EMENDAS PARA A EDUCAÇÃO

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar 175/24 que regulamenta as emendas parlamentares ao Orçamento da União no dia 5 de novembro. O texto aprovado assegura que a educação esteja entre as áreas prioritárias para a destinação de recursos das emendas e foi fruto de amplo debate de setores ligados à área. O projeto segue agora para tramitação no Senado Federal.

Foto: Nathália Alves - UFG

VINTE ANOS DE PROIFES: FEDERAÇÃO COMEMORA SEU ANIVERSÁRIO NO XX ENCONTRO NACIONAL DA ENTIDADE, EM GOIÂNIA

Entidade celebra participação em todas as negociações que trouxeram ganhos para a categoria, e reforça seu compromisso com a criação de um sindicalismo mais democrático no Brasil

A Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifés-Federação) comemorou seu 20º aniversário em Goiânia. O XX Encontro Nacional da Proifés-Federação aconteceu entre os dias 20 e 22 de novembro de 2024, no Adufg-Sindicato, e representou a celebração de duas décadas de lutas por direitos, além de renovação do compromisso da entidade com a categoria docente.

O Encontro

Para além da comemoração da data festiva, o XX Encontro Nacional da Federação foi um momento para traçar novos caminhos na luta em defesa da categoria docente. Durante o evento, foram realizadas discussões ao redor de seis eixos temáticos, e dessas trocas surgiram as diretrizes que, após serem aprovadas pelo Conselho Diretor, guiarão a atuação da entidade sindical nacional no ano seguinte.

Em 2024, os eixos definidos pela diretoria da Proifés foram: Carreira e salários: o que conquistamos e o que falta conquistar (1); O compromisso da PROIFES-Federação com a defesa da Ciência, Tecnologia e Inovação (2); Educação - desafios atuais no ensino superior, técnico, básico e na extensão (3); Direitos Humanos e novos desafios - a luta permanente da Federação (4); Aposentadoria e Previdência - perspectivas e desafios (5); e Organização sindical - desafios da construção da democracia e a pluralidade no Movimento Docente (6).

Os professores Geci Silva, diretor de assuntos educacionais do Magistério Superior da Federação, e Regina Witt, integrante do Conselho Deliberativo da Proifés, conduziram os diálogos sobre o eixo I, na quinta-feira (21). O foco das discussões esteve no acordo firmado com o Governo Federal. Apesar de reconhecer que o documento final firmado não atende todas as demandas



Foto: Nilma Ayumi

O diretor presidente do Adufg-Sindicato, Geci Silva, e o presidente da Federação, Wellington Duarte, na abertura do XX Encontro Nacional da PROIFES

da categoria, Geci deu destaque ao valor da negociação. “Ter a possibilidade de negociar, independente do Governo, traz um avanço nas negociações, fazendo com que não fiquemos correndo atrás apenas de reposição de perdas”, destacou.

Nas discussões do Eixo 2, foram abordados temas como a carência orçamentária da ciência no Brasil, a urgência do investimento em pesquisa ambiental e a importância da comunicação científica. “São cortes orçamentários no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), na CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que afetam bolsas e limitam pesquisas”, destacou o diretor de Ciência e Tecnologia da Federação, Ênio Pontes.

Na sexta-feira (22), o Eixo 3 abordou os desafios atuais do ensino superior, técnico, básico e na extensão. Entre os principais assuntos discutidos estão: a evasão

na educação superior, a diminuição no número de ingressantes nas instituições federais e o aumento da oferta e procura por cursos na modalidade de Educação à Distância (EaD), principalmente entre os cursos de licenciatura. “O título [diploma] ou o impacto do título na renda é muito questionável. Então, mais de 40% dos jovens de 18 a 24 anos estão na informalidade”, explica o diretor de Políticas Educacionais da Proifés, Carlos Alberto Marques.

Os docentes que tiveram fala durante o eixo 4 traçaram histórico de importantes lutas e conquistas ligadas aos Direitos Humanos para exemplificar a importância do esforço constante nesta pauta. Oswaldo Negrão, diretor de Assuntos Jurídicos da Proifés, avaliou positivamente a mesa de discussão, destacando sua relevância para a Proifés. “A mesa trouxe temáticas fundamentais para a educação, o magistério superior, o EBTT e, principalmente, para as



Foto: Reprodução / Proifés

Representantes de 14 universidades de todo o país se reuniram em Goiânia, no Adufg-Sindicato

relações dos professores no ambiente de trabalho, na comunidade acadêmica e em uma perspectiva global”, afirmou.

Nas discussões sobre aposentadoria e previdência, o professor Eduardo Rolim, tesoureiro da ADUFRGS-Sindical, destacou um histórico de mudanças na lei que acabaram por criar diversas gerações de aposentados, cada uma com seu sistema jurídico e financiamento específicos. Ao reconhecer que “a previdência dos servidores públicos mudou bastante a partir do ano de 1988”, o professor reforça a necessidade que todos se apropriem dos assuntos relacionados à aposentadoria, a fim de evitar retirada de direitos mais acentuada das gerações mais novas.

Durante o eixo 6, professores fizeram proposições com vistas ao aprimoramento dos processos e organização sindical da Proifes-Federação. “Um eixo transversal, que passa por tudo o que foi discutido durante o Encontro”, resumiu o presidente da entidade. Em consonância com Wellington, o delegado do Adurn-Sindicato, João Bosco Araújo, destacou que “se não tivermos uma estrutura sindical para pôr em movimento, todos os temas que aprovamos aqui não funcionam”.

As diretrizes que surgiram das discussões de cada eixo serão divulgadas no site oficial da Federação, após aprovação das pautas no Conselho Diretor. Acompanhe!

20 anos

O professor Wellington Duarte, presidente da Federação e tesoureiro do Adurn-Sindicato, explica que a criação da Proifes se deu de forma democrática, em assembleia. Professores de diversas instituições de ensino, insatisfeitos com a condução vertical da luta sindical anteriormente conduzida pela entidade nacional então dominante, se reuniram para criar uma alternativa democrática.

Dessa forma, a Proifes “nasceu com essa marca da democracia propositiva, de construção de um tipo novo de movimento sindical docente, baseado em uma federação de sindicatos livres e soberanos”, resumiu o presidente.

Hoje, após duas décadas de história, o presidente da Federação se orgulha da participação ativa da entidade nacional em todas as negociações com o Governo Federal, trazendo ganhos reais para a categoria, conquistadas de forma democrática e com diálogo aberto com a categoria.

“Nós participamos da criação da carreira do EBTT, que não existia. Nós participamos da introdução de um movimento de modificação na carreira docente, a partir da criação do professor associado. Nós assinamos a nova carreira docente...”, o professor dá alguns exemplos.

Além disso, o envolvimento com a Internacional da Educação da América Latina e com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) colocam a Federação em destaque em um cenário internacional. No Brasil, a Proifes tem participação ativa no Fórum Nacional de Educação, contribuiu para a elaboração do Plano Nacional de Educação, discutido na Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2023, além de ter composto a organização do Encontro Nacional de Ciência e Tecnologia. Vale destacar também o fato de a Federação ter



Foto: Reprodução / Proifes

Compareceram ao Encontro docentes do Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Pará, Maranhão, Paraná, Pernambuco, Distrito Federal, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e da Bahia

cultivado estreita relação com Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, (CNTE) e com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), garantindo maior protagonismo na cena nacional.

Para os próximos 20 anos, Wellington aponta a mobilização da categoria e a expansão da federação como principais missões. “A construção de um movimento sindical não se dá de uma hora para outra”, afirma ao colocar a mobilização dos pares como uma das principais tarefas da Proifes.

Do nascimento da entidade ainda enquanto fórum, em 2004, passando pela criação da federação, 2011, até chegarmos aos dias atuais, com uma Federação presente em 14 universidades em todo o país, os objetivos da Proifes se mantêm os mesmos: “uma federação que permaneça sempre olhando para o professor, para a professora, para o seu local de trabalho e para as grandes questões nacionais”.

Sindicatos filiados

O professor Bebeto Marques, presidente do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical) reforça a ideia de Wellington, ao dizer que a Proifes-Federação conduz o processo de luta sindical de forma mais democrática e engajada com a causa docente do que a entidade nacional a qual a Apufsc era anteriormente filiada, o que motivou a troca de representação

nacional dos catarinenses.

Os quase três mil sindicalizados da Apufsc decidiram por “manter-se um sindicato autônomo, independente, mas que se junta a outros nacionalmente, num sistema federativo, em base a um tipo de prática sindical, mais democrática, uma prática sindical que respeita a pluralidade, e que busca convergências com outros sindicatos na mesma condição de autonomia e independência”.

O professor reforça que a postura da Proifes garante um sindicalismo que se interessa por políticas públicas de educação, ciência e tecnologia, cultura e aposentadoria. Um “sindicalismo democrático, que sabe dialogar com as diferenças políticas e ideológicas que compõem a categoria universitária”, consequentemente, saberá dialogar com a sociedade como um todo.

No intuito de enfrentar o maior desafio que as IFES atualmente têm, que é a desvalorização da carreira docente e da própria universidade como um todo, é preciso construir um novo tipo de sindicalismo, um sindicalismo plural e “que não é só um sindicalismo ideológico, que disputa poder”, afirma Bebeto. Nesse sentido, a Proifes-Federação tem como maior desafio para os próximos vinte anos aumentar a base de seus sindicatos filiados, conforme coloca o presidente da Apufsc-Sindical.



Foto: Reprodução / Proifes

Bebeto Marques e Geovana Reis compõe mesa que debate os desafios da educação

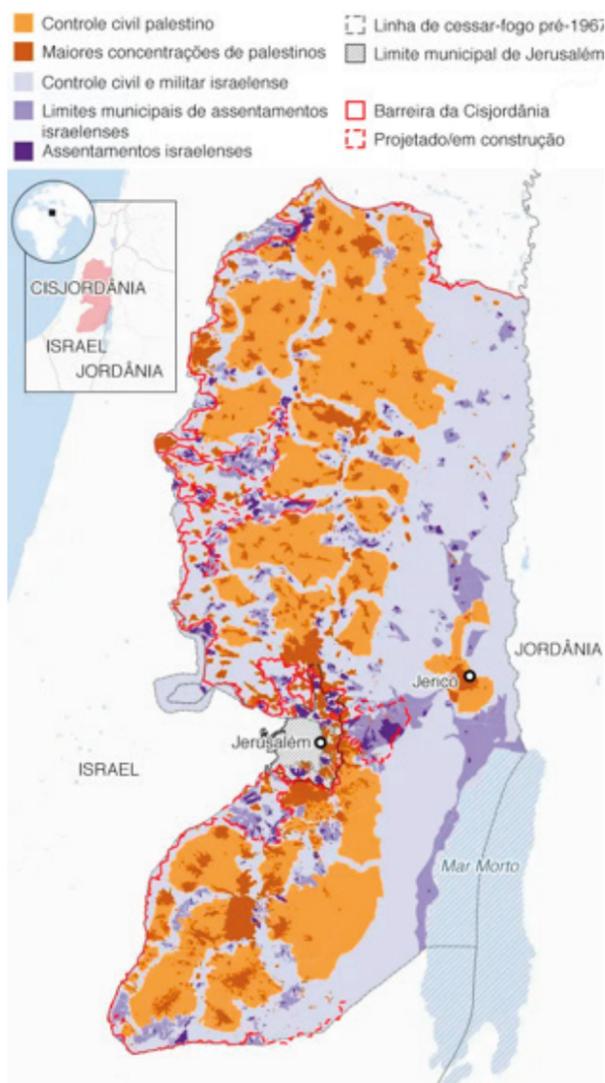


ISRAEL-PALESTINA: VÁRIAS QUESTÕES E DECEPÇÕES

POR DIEGO TRINDADE - Professor de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás.

No Brasil, há pessoas que enaltecem o povo de Israel como se fosse “cristão como nós”, ignorando a diferença entre religiões. Há quem associe árabe a muçulmano, e muçulmano a terrorista, ignorando que tal associação é criminosa e racista, e que a cultura árabe é parte intrínseca da identidade brasileira. Muitos acham que defender a existência do estado da Palestina é “coisa de comunista”, ignorando que 146 estados no mundo reconhecem o estado da Palestina, número comparável aos 164 que reconhecem Israel. Apontar as contradições nas narrativas de quem pensa dessa forma muda algo?

Assentamentos na Cisjordânia



ocidentais não reconhecem a Palestina e os EUA vetam a sua entrada na ONU? Espanha, Irlanda e Noruega reconheceram-na há alguns meses, mas isso mudaria a opinião daqueles brasileiros mencionados inicialmente?

Como falar em estado palestino, se o seu território foi vitalmente fragmentado? Em 1947, acordou-se sobre a criação de dois estados, mas o território da Palestina seria menor, mesmo com a população palestina sendo maioria. Os Acordos de Oslo de 1993 reduziram pela metade aquele injusto território. Como falar em território, se está repleto de assentamentos israelenses deliberadamente construídos por Israel, reforçando o caráter colonizador das suas ações e uma motivação central para a luta dos palestinos?

Desde 2023, Gaza se tornou um dos vários territórios palestinos militarmente ocupados por Israel. De lá partira o ataque que matou cerca de 1200 pessoas em Israel em 07 de outubro de 2023 foi realizado pelo Hamas - grupo armado considerado terrorista pela União Europeia, Israel, EUA e outros seis países. Desde então, Israel invadiu Gaza, foi o maior responsável direto pela morte de mais de 40 mil pessoas, e há indícios de planos de anexação territorial com novos assentamentos.

Nesse contexto, vale pensar, para onde voltariam os milhões de palestinos que fugiram para viver em paz em outro lugar desde 1948? Como pensar no direito de retorno de refugiados diante de uma Palestina ainda mais perigosa que antes? Como defender um lugar para ser palestino em paz? Ao longo de décadas, a ocupa-

ção estrangeira, a revanche, a miséria, a opressão cotidiana e o genocídio da população palestina têm motivado as pessoas lutarem de alguma forma. E os maiores pacifistas na região foram mortos.

Como evitar que a tragédia alimente ainda mais grupos armados na região? O Irã é o principal apoiador do Hamas, do Hezbollah (no Sul do Líbano) e dos Houthis (no Iêmen), grupos que também atacaram Israel recentemente. Apesar dessa similaridade, cada grupo tem a sua própria história. O Hezbollah, por exemplo, surgiu durante uma ocupação militar ilegal de Israel na região Sul do Líbano nos anos 1980, tem representado a minoria xiita na política libanesa, e a sua força militar tornou-se comparável à do exército do Líbano. Como apaziguar atores tão múltiplos considerando tantas variáveis?

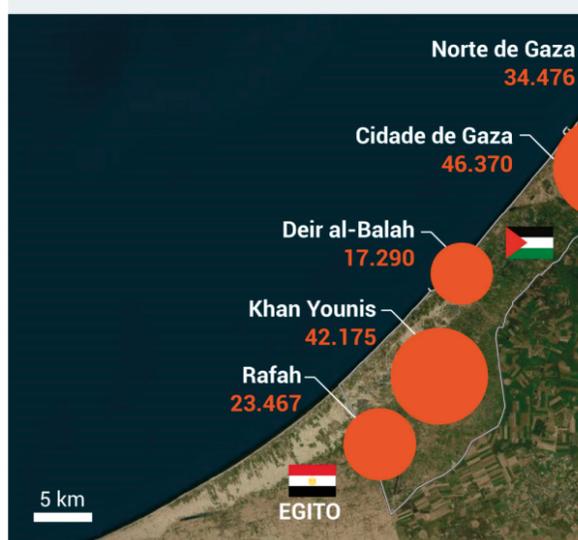
Como evitar uma tragédia humanitária ainda maior, com países mais poderosos e armamentos mais potentes? Quem sabe que Israel detém armas nucleares às margens do Direito Internacional? Neste caso, os EUA não defendem a desnuclearização. O país oferece incondicionalmente assistência multi-bilionária e armamentos de ponta. Em troca, Israel é como um porta-aviões inafundável a serviço dos interesses dos EUA no Oriente Médio. Muitos países continuarão opondo-se e se armando contra isso.

A ONU não é um governo mundial, é limitada, assim como o Direito Internacional, pela convergência de votos dos estados membros. O TPI foi criado por 124 estados em 1998 como uma corte com autoridade para investigar, julgar e prender pessoas (civis ou militares) que cometeram crimes como o de genocídio, contra a Humanidade etc. Quase toda a América Latina e a Europa são estados membros, mas as maiores potências do mundo não são. Dia 21 de novembro, o TPI emitiu mandados de prisão contra líderes israelenses e do Hamas por vários crimes, sendo aqueles em comum o assassinato de civis e o extermínio de povo. A prisão dessas pessoas dependerá da disposição dos estados de respeitarem as decisões do tribunal.

Diego Trindade d'Ávila Magalhães. Professor de Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS), com pós-doutoramento na Universidade de Cambridge (Reino Unido), na Universidade Humboldt de Berlim (Alemanha), na Universidade de Hubei (China).

Como enfrentar vieses e cabrestos ideológicos? Aliás, como falar sobre um tema quando fatos novos vivem atropelando a “conversa”? Os atentados do Hamas em 07 de outubro de 2023, ações genocidas israelenses em Gaza, o envolvimento iraniano, o Sul do Líbano como foco de violência, e os mandados de prisão pelo Tribunal Penal Internacional (TPI). Em ordem, este artigo termina como começou, traçando perguntas, ressaltando fatos.

A questão Israel-Palestina faz a gente questionar a Humanidade e decepcionar todo e qualquer Deus. Para começar, como pacificar estados, se as grandes potências



obs.: dados até 6 de setembro de 2024
fonte: Unosat (Centro de Satélites das Nações Unidas)



O REGIME JURÍDICO ÚNICO DEIXA DE SER ÚNICO PELA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

POR ELIAS MENTA

SÍNTESE DO QUE ACONTECEU?

No dia 06.11.2024, O Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou improcedente o pedido formulado na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de n. 2.135 e, tendo em vista o largo lapso temporal desde o deferimento da medida cautelar (mais de duas décadas), atribuiu eficácia ex nunc à decisão (a decisão passa a valer daquele momento em diante), esclarecendo, ainda, ser vedada a transmutação de regime dos atuais servidores, como medida de evitar tumultos administrativos e previdenciários.

A decisão foi tomada nos termos do voto do Ministro Gilmar Mendes, vencidos os Ministros Edson Fachin e Luiz Fux e a Ministra Cármen Lúcia, e modificou a compreensão adotada desde 2001 na liminar concedida pelo Ministro Neri da Silveira, referendada pelo plenário do STF anos depois.

Como consequência, o artigo 39 da Constituição Federal de 1988 (CF88) passa a ter a redação dada pela Emenda Constitucional (EC) de n. 19 editada no fim do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC): “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes”.

De forma imediata, o efeito da decisão possibilita a existência de relação estatutária e contratual no Serviço Público, deixando, portanto, de existir apenas um Regime Jurídico Único (RJU) nos termos que previsto na Lei n. 8.112/90, podendo o ingresso no funcionalismo ser realizado, por exemplo, como acontecia antes do RJU por contrato e CTPS assinada.

A DECISÃO AFETA AS APOSENTADORIAS, A FORMA DE INGRESSO NAS CARREIRAS E A ESTABILIDADE?

De forma direta, pela decisão da ADI 2.135 não há modificação para aqueles que se aposentaram, tampouco para aqueles que já estão no RJU, pois a reforma de regras das aposentadorias é tema específico e depende da edição de emenda constitucional sobre a matéria como ocorreu em vários governos pós-constituição desde FHC até Bolsonaro, passando por Lula e Dilma.

Da mesma forma, também não nos parece possível afetar aos servidores que eram celetistas e se aposentaram antes da CF88, principalmente pelo efeito ex nunc expressamente atribuído à decisão que transmutação de regime.

Quanto ao ingresso na carreira o concurso público segue como sendo obrigatório na forma prevista no inciso segundo do artigo 37 da CF88, sendo que o mencionado julgamento não cuidou de nenhuma análise específica de tal artigo e para que se possa mudar tal compreensão também demanda processo legislativo com edição de EC específica.

No que se refere à estabilidade dos servidores e servidoras que já ingressaram, independentemente se já completos ou não os três anos para sua concessão, a referida decisão não afeta tal direito e este seguirá a mesma metodologia já conhecida, inclusive valendo para os servidores que posteriores a decisão forem admitidos como estatutários.

O QUE AFETA DIREITAMENTE A CATEGORIA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR FEDERAL?

No momento da escrita deste texto ainda não conhecemos a integralidade dos votos e do acórdão para saber a completa extensão do que fora decidido, portanto, cuida-se de análise inicial, mas dois pontos nos parecem os mais alarmantes e que demandam atenção e mobilização da categoria.

O primeiro deles, é que a grande questão advinda da decisão será a definição de quais carreiras terão a coexistência do RJU e de contratos, o que virá a ser regulamentado por lei específica e tem o condão de desidratar a capacidade de mobilização e de construção assertiva de pautas de reivindicações da carreira, alterando, inclusive e em alguns casos, a forma de organização dos Sindicatos.

O segundo, aponta para fundamental mobilização dos servidores na luta pela definição das carreiras que terão a possibilidade de coexistência de regimes diferentes suas definições nas Leis e regulamentações específicas de cada carreira, com vistas a impossibilitar a coexistência de professores e professoras com direitos distintos desempenhando as mesmas atividades.

Por fim, parece-nos claro que a decisão abre uma gama de possibilidades de contratação que tem o potencial de enfraquecer as categorias, criar assimetrias nos direitos dos estatutários e contratados ainda que desempenhem as mesmas funções e atividades e tem o condão de possibilitar, ainda mais, a redução de direitos.



2024: UM ANO DE MUITAS CONQUISTAS

Ao longo do ano de 2024, o sindicato não se furtou de sua responsabilidade e se pautou pela defesa da educação pública, gratuita, de qualidade socialmente referenciada. Além disso, ampliou o debate acerca da importância do papel e dos rumos da docência em nossa sociedade.

NEGOCIAÇÃO E ACORDO COM O GOVERNO FEDERAL

Nosso sindicato teve participação ativa em todo o processo de negociação com o governo federal. Essa foi uma longa construção, que passou pela entrega de uma proposta inicial pelo Proifes-Federação, análise da contraproposta apresentada pela União, elaboração de uma proposta que proporcionou o acordo com o governo federal. Agora, as discussões continuam com assento nos Grupos de Trabalhos criados pelo governo para pontos que ficaram para ser debatidos a posteriori.

O resultado de todo esse trabalho foi a assinatura de um acordo com o governo federal prevendo a criação de uma classe de entrada



Adufg participa de mesa de negociação com o governo federal.

Foto: Reprodução/Proifes Federação



Professores votam a respeito da greve no Centro de eventos da UFG

Foto: Reprodução/Adufg-Sindicato

que proporcionará, no salário de janeiro de 2025, um reajuste de 26,78% na entrada da carreira tornando-a mais atrativa, e de 9% a 10,84% para os demais. O acordo também prevê reajustes em 2026. Dessa forma, no Governo Lula (2023-2026), teremos reajustes variando de 23,55% a 28,24%, para uma inflação projetada (IPCA/IBGE) de 18,76%. O acordo possibilitou recuperar partes das perdas acumuladas nos seis anos dos governos Temer e Bolsonaro, que não negociaram com os servidores. Conseguimos também obter reajustes nos benefícios após vários anos congelados.

Posteriormente, iniciamos visitas às unidades com o objetivo de informar a categoria tanto sobre o acordo, quanto sobre sua tramitação no governo federal. O Adufg nas Unidades também está cumprindo o papel de ouvir as demandas da categoria em cada unidade, além de tirar dúvidas sobre a previdência e outros assuntos de interesse da categoria.

DEBATES NACIONAIS

O Adufg-Sindicato participou também de debates nacionais sobre educação, Ciência e Tecnologia. Ainda em janeiro, representamos a categoria na Conferência Nacional de Educação, que teve como principal discussão o Plano Nacional de Educação (PNE) 2024-2034. Importante ressaltar que o Proifes-Federação é o único representante dos docentes federais no FNE (Fórum Nacional de Educação).

Além disso, a entidade também esteve presente na 5ª edição da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI). Integrando a delegação do Proifes-Federação, participamos dos quatro eixos temáticos da Conferência.

Outra atuação importante do sindicato foi a mobilização pelo fim da cobrança previdenciária dos servidores e servidoras já aposentados e também dos pensionistas.

Atuando localmente, o Adufg-Sindicato participou de audiência Pública



Geovana Reis e Darlio Teixeira representando o Proifes-Federação na 5ª Conferência Nacional de CT&I

Foto: Reprodução - Proifes Federação

Foto: Reprodução - Proifpes Federação



Adufg-Sindicato participa de ação do MOSAP contra cobrança previdenciária dos aposentados

em novembro pela apensação da PEC - 06/2024 à PEC - 555/2006. Além disso, a entidade esteve presente em Brasília, dialogando com parlamentares para garantir assinaturas no requerimento de apensação.

Estivemos presentes também no 18º Encontro Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, promovido pelo Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap). Na ocasião, servidores e entidades pontuaram a necessidade de reforçar o compromisso das entidades com a luta pelos direitos dos aposentados e pensionistas.

MAIS BENEFÍCIOS AOS FILIADOS

Nossa atuação também foi voltada para a garantia de mais benefícios aos docentes filiados em várias áreas. Na estrutura da nossa entidade, ampliamos o espaço saúde construímos 12 quiosques e 12 chalés na Sede Campestre, a fim de garantir maior qualidade de vida para os servidores.

Outro investimento importante foi a entrega da Biblioteca Comunitária do Adufg-Sindicato. A ideia é ter um espaço em que os filiados possam deixar suas crianças enquanto desfrutam das dependências do sindicato. Além disso, a nova estrutura proporciona uma alternativa de coworking acoplado a um espaço kids. A biblioteca será aberta a comunidade externa, como incentivo à prática literária e à educação



Foto: Reprodução/Adufg-Sindicato

Biblioteca Comunitária da Adufg-Sindicato.



CONVÊNIOS

Além da ampliação na estrutura, o Adufg-Sindicato também trabalhou para garantir melhores convênios para a categoria. Um deles foi a negociação com a Unimed, que garantiu que o reajuste fosse menor do que o proposto pelo plano de saúde, igualando a alíquota ao que foi aplicada à pessoa física.

Outra parceria importante foi firmada com o Sesc, o que permite que os professores possam desfrutar de mais uma opção de lazer, saúde e cultura.

Leia o QRcode e confira a lista de convênios



QUE VENHA 2025

Por fim, nos sentimos vitoriosos por encerrar mais um ano de maneira tão proveitosa. Temos orgulho de fazer parte da luta que proporciona melhoria na qualidade de vida dos docentes e trabalha em prol da valorização da categoria. Mais que um sindicato, temos o compromisso de oferecer atividades e experiências que marcam a vida de nossos filiados. Um trabalho extenso que requer posicionamento, estudo, sensibilidade, respeito e principalmente, estratégia.

Estimamos à toda nossa comunidade um excelente final de ano, onde possamos gozar do descanso merecido, em prol de reestabelecer nossas forças, para que possamos encarar o ano que se aproxima. Que venham mais oportunidades e mais batalhas para enfrentarmos juntos! Agradecemos a todos e todas que fizeram parte de mais um capítulo de nossa história.

FELIZ ANO NOVO E BOAS FESTAS!



FORMAÇÃO ACADÊMICA E CIDADÃ: UFJ REAFIRMA COMPROMISSO COM AS MISSÕES DO PROJETO RONDON JUNTO AO GOVERNO FEDERAL

Mais de 10 equipes de Jataí já participaram das missões em todos os cantos do país; expectativa é de continuidade

O Projeto Rondon é uma iniciativa do Governo Federal originalmente pensada para desbravar o norte do Brasil, em 1967. De lá para cá, o programa se expande e perde seu caráter inicialmente assistencialista e se volta para formação e capacitação de comunidades em todos os cantos do país. As Instituições Federais de Ensino Superior criam equipes e montam projetos que atendam às demandas específicas das comunidades e então enviam estudantes para participar das missões do Projeto Rondon no interior do país.

A atuação dos rondonistas é coordenada pelo Ministério da Defesa, mas a realização do Projeto como um todo envolve vários outros órgãos. Os ministérios da Educação, da Cidadania, da Saúde, do Meio Ambiente, e os governos estaduais e municipais de cada região se envolvem na programação das missões, recepção dos rondonistas e diálogos com as comunidades.

Houve pausa de 15 anos no projeto, entre 1990 e 2005, e desde o ano de seu retorno, os rondonistas trabalham sem interrupções.



As oficinas se adequem à realidade sociocultural de cada região



"Você se depara com realidades totalmente diferentes, de um Brasil que você não está acostumado, mas que é o nosso Brasil em carne viva", afirma Fernanda

A Universidade

O reitor da UFJ, professor Christiano Peres Coelho, conta que a Instituição de Ensino participa do projeto desde 2008, e, de lá para cá, "a gente tem mais de 10 operações participando diretamente". Para o docente, a participação da UFJ garante uma formação acadêmica e cidadã mais completa para a comunidade das universidades envolvidas. "O projeto Rondon te coloca em lugares que pouquíssimas pessoas têm a oportunidade de conhecer", explica o docente.

Christiano explica que as atividades dos rondonistas são divididas em três grupos. O grupo A é responsável pelas atividades ligadas à educação e saúde nas comunidades. O grupo B cria atividades que abordam meio ambiente, trabalho e cidadania. Por fim, o grupo C fica responsável pela comunicação e divulgação do projeto como um todo.

São duas operações que acontecem a cada período de férias universitárias (janeiro e julho) e devem ser previamente aprovadas junto ao Ministério da Defesa. O projeto enviado pelas universidades ao Governo Federal deve conter previsão das equipes, das atividades a serem realizadas e preferências das cidades onde acontecerão as missões. Apesar

da previsão feita pelas Instituições de Ensino, a decisão final sobre a localidade das missões cabe ao Ministério, e o cotidiano nas comunidades acaba por moldar parcialmente a programação.

"Os nossos estudantes voltam com uma cabeça completamente de quando eles foram", explica o reitor, ao dizer que o intuito da UFJ é criar um núcleo específico para o projeto Rondon, que atuará nas comunidades próximas, e já produzirá projetos para que quando houver abertura dos editais, a inscrição já esteja garantida e facilitada.

Os discentes

A estudante da UFJ Fernanda Dias, do curso de Engenharia Florestal, compartilha parte da experiência que teve no projeto. A discente explica que as oficinas, minicursos, palestras e intervenções realizadas nas comunidades foram elaboradas após viagem prévia dos coordenadores das equipes até os locais da missão, quando as demandas específicas de cada região foram conhecidas. Quando as equipes de todo o país se reúnem nos quartéis, a programação real da missão começa a ficar mais bem definida.

Sobre sua missão em Parnamirim, no interior do Pernambuco, Fernanda fala sobre um sentimento "frustrante" e ao mesmo tempo "recompensador". A frustração vem "por não conseguir ajudar, de fato". Ao conhecer com mais profundidade as diversas versões do Brasil, as desigualdades e falta de acesso saltam aos olhos, e os estudantes percebem que apenas uma missão não é o suficiente. A gratidão surge por saber que "você pode sim impactar elas de alguma forma".

A estudante compartilha que algumas vezes "as pessoas que estavam ali sabiam muito mais do que eu" sobre assuntos como reflorestamento, por exemplo. Ao se deparar com essa realidade, a discente percebe que as reais necessidades dessas comunidades podem ser outras. "Você entende que a academia, ela não é tudo quando você tem pessoas que sabem mais do que você", resumiu.



Cada missão reúne estudantes de universidades de todos os cantos do país

“PROCESSO NATURAL DE VERTICALIZAÇÃO”: UFCAT APROVA NOVO PROGRAMA DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA

As duas principais linhas de pesquisa serão em ‘estudos ambientais’ e ‘dinâmicas dos espaços rural e urbano’

O Instituto de Geografia da Universidade Federal de Catalão (IGeo/UFCat) aprovou um novo programa de doutorado na Instituição de Ensino. Em outubro deste ano, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC) aprovou o Programa de Pós-graduação em nível de doutorado em Geografia na Instituição Federal de Ensino Superior. A expectativa é de que, após a realização de processo seletivo, as atividades de formação já tenham início em 2025.

A área de concentração do programa é em ‘Geografia e Ordenamento do Território’, e os principais estudos do doutorado recém-aprovado se guiarão por dois eixos: estudos ambientais e dinâmicas dos espaços rural e urbano. A instituição de ensino conta com programa de mestrado ativo na disciplina desde 2008, enquanto ainda era parte da UFG. O novo programa de doutorado, de modalidade presencial, se destina aos portadores do diploma de mestrado em Geografia e áreas afins.

Em entrevista ao Jornal do(a) Professor(a), o vice-coordenador do programa, professor Idelvone Mendes, fala em “um processo natural de verticalização” da formação na UFCat. Quando a UFCat se separou da UFG, já havia 11 programas de pós-graduação ativos, hoje são 17. O docente compartilha ainda que, desde o início do programa de pós-graduação em Geografia, a instituição já formou 225 mestres na disciplina, e isso representa uma demanda re-

primida para o programa recém-aprovado. “Já há alguns anos que nós temos sido procurados pela possibilidade de fazer o doutorado”, resumiu.

O professor explica que o pré-requisito necessário para pleitear a abertura de um programa de doutorado é atingir nota quatro na avaliação da Capes sobre os programas de mestrado. Em 2020, o programa de mestrado em Geografia da UFCat alcançou a nota quatro, em novembro de 2023 o projeto para abertura do doutorado foi apresentado e neste ano a proposta foi avaliada pelo Ministério da Educação (MEC). “Agora em outubro a Capes autorizou a abertura também para nível de doutorado”, comemora Idelvone.

Os programas de pós-graduação em Geografia da UFCat contam com 17 docentes no total, dos quais dois, por enquanto, são exclusivos para o mestrado. Como esses dois docentes entraram na instituição ainda em 2020, não houve tempo hábil para atingir os critérios da Capes para atuar a nível de doutorado (número mínimo de orientações no mestrado para poder então atuar no doutorado). “Em breve isso será atendido”, coloca o vice-coordenador do doutorado no Instituto de Geografia da Universidade.

Especificidade

O vice-coordenador do programa de doutorado dá destaque à segunda linha de pesquisas, em dinâmicas dos espaços rural e urbano. “Orientação por parte de um consultor da Capes”, compartilhou. Em reunião

com a Capes, a recomendação por uma linha de estudos voltada para o espaço rural visa atender a crescente representatividade do agronegócio na economia do estado.

“Na nossa região Centro-Oeste tem uma debilidade para a formação nesta área do espaço rural”, dessa forma a criação do doutorado na UFCat é uma forma tanto de atender às demandas do mercado, como também de entender o impacto das dinâmicas do agronegócio no campo e na cidade, o que afeta diretamente o cotidiano do município.

Reitoria

A reitora da UFCat, professora Roselma Lucchese, afirma que a aprovação do programa de doutorado em Geografia é resultado de “um processo de amadurecimento dos próprios docentes e também da comunidade universitária como um todo”. Ela destaca o histórico de crescentes notas de avaliação dos mestrados, também em outras disciplinas, como algo que naturalmente puxa a criação dos programas de doutorado de excelência na Instituição de Ensino.

A reitora lembra que a primeira pós-graduação aprovada na UFCat, ainda enquanto campus, foi justamente o mestrado em Geografia. “Nesses anos todos, ele passou por várias questões de avaliação, de superação de desempenho, superação dos alunos egressos”, rememora antes de concluir: “Nesse momento, toda essa superação, essa luta e essa articulação se projeta na aprovação do programa de doutorado”.



Foto: Adriano Gambarrini/MWF-Brasil/Divulgação

As linhas de estudo abordam questões ambientais e as dinâmicas dos espaços rural e urbano

PRESIDENTE DO ADUFG-SINDICATO PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONTRA A APROVAÇÃO DA PEC 66/2023 E O CONFISCO PREVIDENCIÁRIO

Programa visa a proximidade com a classe acadêmica e mobiliza os pares na luta por melhores condições de trabalho

No dia 5 de novembro, o presidente do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), Geci Silva, participou da audiência pública “A Nova Reforma da Previdência dos Servidores Públicos (PEC 66/023) e Confisco Previdenciário”, que aconteceu na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), em Goiânia. Geci detalhou as mudanças impostas à categoria ao longo dos anos e as perdas acarretadas, bem como pela nova reforma da os prejuízos que a Proposta de Emenda Constitucional nº 66/2023 pode trazer para os servidores municipais e estaduais.

A proposta de emenda 66/2023 que foi aprovada no Senado e está em tramitação na Câmara, impõe para os servidores municipais e estaduais as mudanças da reforma previdenciária do governo Bolsonaro (PEC 03/2019).



O presidente do Adufg, Geci Silva, detalhou as perdas e mudanças, caso a PEC seja aprovada.

A audiência pública na Alego, primeira casa legislativa do Brasil que faz uma audiência oficial para discutir a PEC, foi de iniciativa dos deputados estaduais Mauro Rubem (PT), Bia de Lima (PT) e Antônio Gomide (PT). Além do presidente do Adufg, também foram convidados ao debate na tribuna de honra o Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), Edison Guilherme Haubert e o Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) João Domingos Gomes dos Santos.

Os presentes debateram sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 66/2023, já aprovada no Senado Federal e em discussão na Câmara, que praticamente impõe uma nova reforma previdenciária para os servidores públicos municipais e estaduais. Também foi colocado em pauta a luta pelo escalonamento da cobrança previdenciária dos aposentados e pensionistas, com o apensamento da PEC 06/2024 à PEC 555/2006.

Ponderações

Se aprovada, a PEC 66/2023 vai impor, de forma automática aos servidores municipais e estaduais, com prazo definido, as regras da reforma previdenciária federal implementada no governo Bolsonaro, como pontuado pelo presidente do Adufg-Sindicato. “Essa reforma do Bolsonaro, de certo modo, um governo que falava em família o tempo inteiro, deixa a família em vulnerabilidade, uma vez que não pode mais ter duas pensões, e tantos outros prejuízos. E, mais uma vez, divide os servidores em várias gerações”, destacou Geci.

Silva detalhou ainda o histórico das perdas com as reformas previdenciárias ao longo dos anos, fato que veio retirando direitos garantidos da categoria. O presidente do Adufg defendeu que os docentes devem ficar atentos à tramitação do projeto e, de acordo com ele, a PEC 66/24 pode tranquilamente andar em paralelo com a luta em relação à PEC 06/2024.

E continuou: “Se conseguirmos fazer com que a PEC 06 ande, continuamos com a nossa pauta de não pagamento de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, mas amenizamos ela a curto prazo. E é isso um dos nossos objetivos, por isso é importante a luta para o apensamento da PEC 06/2024 à PEC 555/2006, para que ela não volte nas comissões da Câmara, que gastou 4 anos, de 2006 a 2010, e que a gente faça com que ela ande uma vez, agora que o debate está posto”, finalizou Geci Silva.

Em sua fala, o presidente do Adufg-Sindicato aproveitou para agradecer a participação das representantes do Grupo Travessia do Adufg, as professoras aposentadas Ana Christina de Andrade Kratz, Marilda Shuvartz e Dulce Terezinha Oliveira Cunha, também presentes na audiência.

“São as nossas aposentadas mais ativas do movimento, que caminharam nos gabinetes dos deputados federais, buscando que assinassem o requerimento e a apensação da PEC 06 à PEC 55. Então, nosso agradecimento ao Grupo Travessia lá do Adufg”, enfatizou ressaltando a participação ativa dos aposentados do Adufg na luta contra a PEC.

ADUFG-SINDICATO PARTICIPA DO CONPEEX 2024

O maior congresso de ensino, pesquisa e extensão da UFG contou com apoio do Adufg em stand próprio pela primeira vez

Luana Cardoso

O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), marcou presença no 21º Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFG (Conpeex), que aconteceu entre os dias 6 e 8 de novembro no Centro de Cultura e Eventos Prof. Ricardo Freua Bufáical. O stand do sindicato esteve presente nos três dias, recebendo discentes e docentes que participaram de dinâmicas, ganharam brindes e foram recebidos no espaço de descanso.

O presidente do Adufg, Geci Silva, foi um dos convidados especiais da cerimônia de abertura e integrou a tribuna de honra. Na ocasião, ele destacou a importância da presença e participação do sindicato no maior congresso de ensino, pesquisa e extensão da universidade.

“Este é o momento em que apresentamos todo o nosso trabalho para os docentes, para os técnicos administrativos e os estudantes também. É a oportunidade de integrar



Pela primeira vez, o stand do sindicato esteve presente nos três dias de evento, recebendo discentes e docentes.

as unidades. Além de ser um evento científico, é também político, no sentido de mostrar para comunidade o que fazemos”, explicitou Geci Silva.

Interação com os docentes

No espaço destinado a receber os professores para uma pausa, com poltronas, café e petiscos, o Adufg aproveitou para criar interação entre os que passaram pelo stand. A professora Larissa de Melo Evangelista, filiada no sindicato há 15 anos, falou da importância da presença no congresso.

“O Conpeex é um congresso que integra todos os estudantes, todos os docentes, então é importante que o Adufg esteja junto porque, além de apoiar os professores, pode mostrar para os estudantes qual é o sindicato que os nossos professores estão presentes. É importante que eles estejam aqui para poder mos-

trar outras questões que são importantes para os docentes também, para melhorar ainda mais a qualidade do nosso trabalho, dos nossos congressos, dos nossos estudantes”, disse a docente.

A visibilidade e interação do sindicato com os professores de uma forma prática e direta era o objetivo central da ação, como pontuado pelo presidente. “A gente espera maior engajamento dos professores nas ações políticas do sindicato. É importante que os professores fiquem atentos às alterações na carreira, a todas as movimentações políticas que temos, para que a gente ganhe mais força na luta por nossos direitos”, acrescentou Geci.

Conexão com a universidade

Pela primeira vez presente com um stand no evento, o sindicato participou da realização do Conpeex como apoiador, fato reconhecido pela

reitora da UFG, Angelita Pereira Lima. “O sindicato é o instrumento de agregar as demandas, as lutas da universidade. O fato do sindicato participar do maior evento de ensino, pesquisa e extensão da universidade significa uma conexão do sindicato com a pauta da universidade e, portanto, com a pauta dos servidores”, afirmou a reitora.

Angelita reiterou a importância da iniciativa do sindicato em estar mais próximo das ações diretas da universidade. “Isso fortalece não só o sindicato, mas a própria universidade. É muito bacana ter uma instituição sindical que se preocupa em participar do cotidiano e da vida da universidade. O apoio em si nos fortalece, torna o nosso evento mais representativo, amplia o nosso alcance. Então tem esse aspecto bastante importante porque o evento em si se fortalece com as parcerias”, enfatizou.

ADUFG-SINDICATO PARTICIPA DE SEMINÁRIO DA CONFEDERAÇÃO SINDICAL DA EDUCAÇÃO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA EM FORTALEZA

O evento reuniu lideranças sindicais de países da África, Europa e Ásia se reuniram para debater a educação, trocar experiências e elaboraram uma carta ao G20 Social

Entre os dias 29 e 30 de outubro, aconteceu em Fortaleza (CE), o “Seminário Internacional de Educação: Do local ao global, fortalecendo a educação pública e a organização sindical”, promovido pela Confederação Sindical de Educação dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE). O presidente do Adufg-Sindicato, Geci Silva, a diretora de assuntos interinstitucionais do Adufg-Sindicato, Geovana Reis, e a presidente do Fórum Goiano de Educação e membro do Adufg, professora Lueli Nogueira Duarte e Silva, participam presencialmente do evento, que discutiu medidas para melhorias e valorização da categoria.

O presidente do Adufg destacou a importância da participação ativa do Adufg no seminário internacional. “Esse seminário foi importante no sentido de nos fortalecer, enquanto países da língua portuguesa, na luta por melhores condições de trabalho, por valorização da carreira, por mais infraestrutura para as universidades, para as instituições de ensino”, ressaltou Geci.

Articulações conjuntas

Participação como essa, fortalece a atuação sindical. Como acrescentado pela diretora Geovana Reis, são iniciativas que respaldam as articulações para fora do âmbito regional, elevando as pautas a uma escala global. “Para fazermos uma espécie de reconhecimento de como anda a luta dos docentes tanto da educação básica quanto da educação superior entre os países de língua portuguesa”, elucidou.

A diretora relata que as articulações foram essenciais para lutas ainda maiores e para atuarem de forma conjunta com outros países que se empenham pelas mesmas causas. “Foi muito revelador, as dificuldades existentes entre esses países de língua portuguesa. Um evento muito importante, que deu para, inclusive, elaborarmos uma pauta comum, tanto

nossa do Brasil quanto dos outros países, também pegando não só o setor público, mas também o setor privado, que culminou na carta de Fortaleza, que enviamos para o G20”, relatou.

A carta, com assinaturas de mais de oitenta entidades membros da CPLP-SE e da Internacional da Educação (IE), que participaram do evento na capital cearense, apresentou as principais reivindicações para a educação pública de qualidade e valorização dos trabalhadores da educação em todo o mundo. O documento foi encaminhado ao G20 Social, uma iniciativa do Governo Federal para a inclusão da sociedade civil nos debates e processos de construção de políticas públicas.

Participações globais

Além do sindicato de docentes das UFs de Goiás, integraram o evento a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PROFES-Sindicato), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE). O seminário também recebeu apoio e estrutura de sindicatos de professores dos países africanos participantes, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde, do país asiático Timor Leste, e de Portugal.



Participantes apresentaram reivindicações para a educação pública de qualidade e valorização dos trabalhadores

ESPAÇO PARA DIVULGAÇÃO DE LIVROS PUBLICADOS PELO CEGRAF UFG



Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo

Heloisa Buarque de Almeida
Carlos Eduardo Henning
(organizadores)

Formato digital (e-book / PDF)
ISBN: 978-85-495-0936-9
Disponível em: portaldelivros.ufg.br

Este livro reúne um conjunto amplo, diverso e multifacetado de autorias. O primeiro bloco de capítulos apresenta embates em torno do antigênero, como ficou conhecido internacionalmente, ou da promoção da ideia de “ideologia de gênero”, que foi o termo que predominou no contexto brasileiro. O segundo bloco de capítulos é também representativo de parte da enorme diversidade de pesquisas e abordagens antropológicas atuais sobre gênero e sexualidade em inter-relação com outros marcadores sociais das diferenças no Brasil. Com múltiplas abordagens e temáticas, esse bloco de trabalhos se conecta a variados atravessamentos dos marcadores sociais em pesquisas antropológicas, em algumas vezes, com abordagens interseccionais. Algumas temáticas se destacam, como: arte e agenciamentos políticos, processos de racialização conectados a gênero e/ou sexualidade e, por fim, etnografias que mobilizam curso da vida, envelhecimento, velhice, gênero e sexualidade. Esta obra, portanto, está enraizada em uma temporalidade profundamente complexa, difícil e desafiadora. Em produção desde o início de 2021, em meio às devastadoras ondas da pandemia de covid-19, ela se encerra em outra conjuntura, vista como “pós-pandêmica” e com uma nova configuração política no Poder Executivo brasileiro. Apesar dos desafios e dificuldades, os organizadores ressaltam a apresentação de um conjunto complexo, dinâmico e instigante de reflexões, ensaios e investigações, em especial de cunho etnográfico, redigidas ao longo dos últimos anos sobre o conjunto multifacetado de desafios e resistências em termos de gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo.



Compostagem

Marcos Speroni Ceron
(organizador)

Formato: digital (e-book / PDF)
ISBN: 978-85-495-0987-1
Disponível em: portaldelivros.ufg.br

Compostagem é uma história em quadrinhos, ou, como nomeia a Coleção, história em quadradinhos, para crianças, mas que pode interessar a qualquer adulto que tem alguma planta em sua casa. Composto por um texto simples e com visual que chama a atenção das crianças, o livro apresenta um diálogo entre um menino e seu pai sobre como fazer uma composteira com garrafa pet e preparar a compostagem nela, contribuindo para a saúde das plantas, a diminuição do lixo orgânico e o bem-estar do meio ambiente. O menino ensina para o pai o que aprendeu na escola e, juntos, fazem a composteira e preparam a compostagem com os restos de alimentos para produzir o adubo orgânico para as plantas. Uma ótima atividade para ser feita em família.



Circuito das Cavalhadas: fotolivro Circuito das Cavalhadas do estado de Goiás

Secretaria de Cultura do estado de Goiás

Formato: digital (e-book / PDF)
ISBN: 978-85-495-0937-6
Disponível em: portaldelivros.ufg.br

Esta publicação apresenta as Cavalhadas, que são realizadas há mais de 200 anos no Estado de Goiás, e são uma recorrente expressão artística do patrimônio cultural imaterial e integram o imaginário cultural dos goianos. No viés de tradições, no estado de Goiás, o Circuito das Cavalhadas destaca-se pela bela representação histórica e pelo engajamento dos populares que a produzem. A fim de “materializar” a essência desse importante patrimônio cultural do estado de Goiás, foi produzido o presente fotolivro para que o público veja imagens das Cavalhadas em cada localidade onde elas são realizadas. Por seu turno, a Universidade Federal de Goiás (UFG) lança um olhar científico direcionado à cultura como um todo, garantindo uma abordagem que descreve ritos e celebrações; que reflete, criticamente, as motivações de ações populares e que divulga a cultura do estado de Goiás de maneira científica. O estado de Goiás, atento às relações entre desenvolvimento e cultura, passa, a cada ano, por um processo de promoção e de difusão dos seus eventos e de suas tradições. Assim, mostra à população goiana que o ato de crescer, graças à educação e à cultura, vai além do aspecto econômico, alcançando também a formação humana. Com esse entendimento artístico-cultural, pensou-se na criação de um fotolivro que registrasse uma das tradições mais importantes do estado, deixando marcados na história imagens, fatos e informações desse patrimônio cultural.



Publicidade e marketing na cultura digital (volume 7)

Magno Medeiros
Thalita Sasse Froes
Rafael Franco Coelho
(organizadores)

Formato: digital (e-book / PDF)
ISBN: 978-85-495-0847-8
Disponível em: portaldelivros.ufg.br

Este livro é o volume 7 da Coleção Publicidade Sem Fronteiras, a qual vem contribuindo para construir uma epistemologia como concepção de um projeto educacional mais amplo, um paradigma teórico para o conhecimento científico dedicado à organização racional do saber além dos limites históricos da publicidade estandardizada. A dinâmica e mutabilidade da práxis publicitária nem sempre se encaixam nessa estrutura conceitual, e ainda persistem visões críticas e olhares de desconfiança, inclusive entre investigadores da própria área de Comunicação, que não veem a publicidade como uma disciplina científica. O pensamento epistemológico que circula por esta coleção se preocupa em refletir, criticamente, sobre as bases teóricas e metodológicas que sustentam a produção do conhecimento em torno da publicidade, buscando decifrar as implicações desses fundamentos na forma como compreendemos e interpretamos essa publicidade desfrontereizada. Convidamos à leitura deste livro aqueles que queiram conhecer regiões não demarcadas, por onde a publicidade e o marketing na cultura digital estão circulando.



Quando a morte pede passagem: narrativas e silêncios em cuidados paliativos oncológicos domiciliares

Selma Cristina dos Santos

Formato: digital (e-book / PDF)
ISBN: 978-85-495-0774-7
Disponível em: portaldelivros.ufg.br

Quando a morte pede passagem é um mergulho profundo e corajoso no interstício entre a doença grave e a morte. Durante dois anos, a autora realizou uma pesquisa que abrangeu visitas e observação no Hospital Araújo Jorge (em Goiânia), na sede do Grupo de Apoio Paliativo ao Paciente Oncológico (Gappo) e nos deslocamentos até as casas dos que eram atendidos com os cuidados paliativos. Foi necessário também conviver com os dramas trazidos pelo câncer incurável: a falta de recursos, a pobreza, o abandono. A inexorabilidade da morte foi o horizonte durante a pesquisa de campo. A autora propõe que se entenda que o câncer, quando fora das possibilidades de tratamento que trazem a cura, é revestido de representações sociais. Muitas vezes, há um silêncio sobre seu real estado e se cala o sofrimento dos que o amam, pois eles também sofrem. É um silêncio quase piedoso, um desejo de poupar quem ainda está com alguma esperança de viver. Mas, para a pesquisadora, muitos familiares e muitos pesquisados narraram suas dores e seus padecimentos. Há inúmeras narrativas apresentadas neste livro. A leitura deste livro é obrigatória para os que se dedicam ao campo de estudos da Antropologia da Saúde, da Antropologia da Morte e para os profissionais de saúde, uma vez que traz uma melhor compreensão do processo de doença que leva à morte.



Ensinar a democracia, viver a democracia, defender a democracia: educação para a democracia a partir da obra de Edgar Morin

Alfredo Henrique C. de Paula

Formato digital (e-book / PDF)
ISBN: 978-85-495-0936-9
Disponível em: portaldelivros.ufg.br

O autor propõe neste e-book uma perspectiva complexa para pensar a Educação para a Democracia e convidar educadores e interessados na temática a religarem e enlaçarem três verbos, três ações, que tecidas em conjunto dão vida e movimento à democracia. E, em específico, visa possibilitar a criação de práticas educativas impregnadas de relação entre teoria, prática e luta em defesa da democracia. O desafio é: ensinar a democracia, viver a democracia, defender a democracia. O livro explicita a relevância da formação humana, do ensino contextualizado do conceito de democracia, bem como dos princípios, das instituições e das práticas sociais que a sustentam e a garantem. De modo articulado, propõe a compreensão de diferentes caminhos, contextos e práticas participativas e cidadãs que geram realidades democráticas em diferentes países e culturas. Intencionalmente almeja-se que se eduque os estudantes para a compreensão da vida coletiva, para a participação social e a garantia de direitos e deveres dos cidadãos.

Acesse
portaldelivros.ufg.br



BIBLIOTECA COMUNITÁRIA ADUFG/LIBRIS INICIA ATENDIMENTOS AOS SINDICALIZADOS E PÚBLICO EXTERNO

O novo espaço, que fica na sede administrativa do Adufg em Goiânia, foi inaugurado no dia 1º de outubro e já está pronto para receber visitantes

Inaugurada no dia 1º de outubro, a Biblioteca Comunitária do Adufg-Sindicato em parceria com o Libris (Laboratório do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca) da Faculdade de Comunicação e Informação (FIC/UFG) já está aberta ao público. O espaço, voltado para acolhimento de crianças, adolescentes e adultos, conta com livros para diversas idades, um miniteatro, com um palco para contação e encenação de histórias, além de um coworking acolhido, para que os pais, mães e responsáveis possam trabalhar e estudar enquanto os filhos fazem suas atividades.

Iniciativa inédita

A biblioteca, inicialmente pensada para ser um local para que os professores e professoras pudessem deixar suas crianças com segurança e tranquilidade, se tornou um projeto voltado para uma utilização mais ampla: um espaço aberto à comunidade, como incentivo à leitura e estudo. Nesse sentido, a intenção é que seja de fato comunitária, com atendimento às escolas, ao público externo ao sindicato, colaboradores e aos sindicalizados e seus dependentes.

Agora, a Biblioteca Comunitária do Adufg é a primeira de Goiânia com esse layout e curadoria de profissionais. Também se trata da primeira biblioteca infantil construída em um sindicato no país. “O Adufg está implementando isso, de forma inédita, para que o professor tenha mais possibilidade de usar a estrutura do sindicato. Quando falo inédito, é o primeiro sindicato de professores do Brasil a ter uma estrutura dessa”, enfatizou o diretor administrativo do Adufg-Sindicato, Flávio Silva.

Curadoria e planejamento

Para que a ideia fosse concretizada seguindo os critérios técnicos, fundamentais para o bom funcionamento e adequação da biblioteca, o Adufg contou com o apoio da professora Maria das Graças Monteiro Castro, idealizadora e fundadora do Libris. A especialista montou um acervo especial, composto por títulos de alto valor cultural, provenientes da premiação anual da Fundação Nacional de Literatura Infantil e Juvenil (FNLIJ).

A bibliotecária responsável pela Biblioteca Comunitária do Adufg, Jordany da Luz Cunha, que veio do Libris para colaborar com o sindicato, explica que o trabalho de seleção dos livros destinados à biblioteca exigiu um trabalho amplo. Todos os anos, o Libris, por meio da professora Graça, recebe cerca de 700 novos exemplares.

O trabalho inicial consistiu em selecionar, dos 10 mil livros do acervo do Libris, materiais que fossem indicados para a intenção e público-alvo da Biblioteca do Adufg. “Atualmente, no sistema, temos mais de 2.500 livros registrados”, detalha Jordany sobre o catálogo de títulos da nova biblioteca comunitária. “É uma curadoria que é feita há anos. Então, quando veio o acervo para cá, quando veio a ideia de criar um outro acervo, uma outra biblioteca, foi um grande ganho”, acrescentou.

O processo de catalogação exigiu empenho e dedicação dos colaboradores do Libris em parceria com o sindicato. O trabalho é de fundamental importância para que os livros sejam direcionados ao que a biblioteca se propõe a ser para os usuários.

“A catalogação é justamente esse registro do livro para o sistema, identificar qual é o sistema que estamos utilizando, quais são as normas que utilizaremos, as normas de pa-

dronização, normas de organização, vários outros critérios. Depois vem a classificação dos livros”, explica a bibliotecária ao elencar os aspectos envolvidos na organização central da biblioteca.

Além da separação dos exemplares do acervo e catalogação, outro processo importante para que os visitantes possam usufruir plenamente dos livros é a classificação, feita por níveis de leitura. “Na literatura infantil não dividimos por idade, dividimos por níveis de leitura. A literatura dividida por idade causa certos conflitos, porque depende muito do contexto em que a criança está, principalmente quando se trata de uma biblioteca comunitária”, salienta a especialista.

Assim sendo, a divisão para utilização e orientação dos visitantes está organizada da seguinte forma: nível 1, para leitores iniciantes, com etiqueta amarela; nível 2, destinada a leitores com habilidade, de etiqueta vermelha; nível 3, para leitores fluentes, com etiqueta azul e leitor fluente avançado, com etiqueta preta. O acervo geral é composto por livros de literatura infantil, luso-brasileira, estrangeira, juvenil, juvenil-estrangeira, teóricos, contos de fadas, contos populares, literatura de cordel, mitologia, história em quadrinhos e de imagens.

Utilização e normas

A responsável pela biblioteca destaca que o espaço é aberto para todos os públicos e não possui idade mínima para utilização. “Por mais que a criança não saiba ler, de dois, três, quatro anos, é bom iniciar o contato com o livro, com o objeto livro e com o espaço, e que o pai e a mãe estejam juntos para proporcionar esse contato”, ressalta Jordany, incentivando a participação ativa de todos.

Em fase de adequações, o sistema ainda não está aberto para consultas de exemplares e reservas, o que deve ser feito presencialmente na biblioteca. Para levar os livros para leitura em outros espaços, é preciso fazer um cadastro prévio, na própria unidade. A partir daí o usuário pode fazer empréstimo de até três exemplares pelo período de uma semana, com possibilidade de renovação por até três semanas.

Além dos empréstimos para a comunidade em geral, a biblioteca proporciona um espaço aberto para programação com contação de histórias, apresentações teatrais, visitas escolares, encontros e lançamento de livros com escritores, oficinas entre outras atividades. Os agendamentos, solicitações de informações e renovações de empréstimos podem ser feitas diretamente pelo e-mail: bibliotecainfantil.adufg@gmail.com. O atendimento presencial na Biblioteca Comunitária Adufg/Libris é de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h.



Foto: Acervo pessoal

Felipe Rasmussen Paiva, neto da professora Enilza Maria Mendonça de Paiva da FO UFG, utilizando o espaço para leitura.

“ESTAMOS FAZENDO HISTÓRIA”: JÚLIO CESAR VALANDRO CONTA PARTE DE SUA HISTÓRIA JUNTO À FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

PROFESSOR FOI UM DOS RESPONSÁVEIS PELA CRIAÇÃO DO NOVO CAMPUS DA UFG, EM APARECIDA DE GOIÂNIA

Nós estamos sendo desbravadores, estamos fazendo história”, professor Júlio Cesar Valandro fala sobre a criação do campus Aparecida de Goiânia da UFG, atual Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). O docente foi diretor da unidade por quase dez anos e é um dos responsáveis por sua criação. Ao Jornal do(a) Professor(a), Júlio compartilha sua trajetória pessoal e profissional, como também parte da criação da FCT.

Em Catuípe

Júlio nasceu em Catuípe, no Rio Grande do Sul, cidade com mais de oito mil habitantes próxima da Argentina. O pai era professor e contabilista, e a mãe administrava uma farmácia da família. Júlio nasceu em 1968 e tem dois irmãos e uma irmã. “Aquela infância que talvez não exista mais hoje, todo mundo jogava futebol na rua, uma coesão familiar muito legal”, compartilhou parte de seu cotidiano em Catuípe.

“Estudei em escola pública a vida inteira”, afirma o docente. Sua formação até o início do secundário (hoje, o ensino médio) aconteceu na cidade natal. No início do 2º grau, se mudou para Santa Maria. Morando na mesma república com oito primos, Júlio terminou sua formação básica e logo prestou vestibular na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Com boas notas e maior aptidão com as ciências exatas, optou pela engenharia civil, e passou em 2º lugar no vestibular.

“Meus pais eram muito entusiastas da formação, da educação. Me inspirei nisso”, compartilhou.

A graduação foi de 1986 até 1990. Uma vez formado, voltou a morar em Catuípe, e começou a atuar como engenheiro num município próximo, Ijuí. Depois de um ano, se inscreveu no mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina. Entre 1992 e 1996 cursou o programa em Qualidade e Produtividade na Construção Civil. Apesar de questões familiares que o forçaram a atrasar a formação, o mestrado foi concluído sem maiores problemas. “Sempre tive desempenhos muito bons, mais por dedicação do que por qualquer outra coisa”, explica.

Docência

Sua 1ª experiência como professor foi em 1995, na Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Unijuí. Permaneceu nessa instituição até 2008, quando a deixou para dar início ao seu doutorado em Extensão Rural, na UFSM. Apesar de ter dei-

xado Ijuí, Júlio expressa gratidão: “Nunca me achei professor, fui aprendendo a ser”.

No final de 2008, surgiram dois concursos para professor, um na UFMS e outro na UFG de Catalão. O docente foi aprovado em ambas, mas optou por Goiás. “Meu destino estava traçado a partir daí, de ficar em Goiás e ser UFG, com muito orgulho”, afirma.

Em janeiro de 2009, Júlio começou a lecionar no curso de Engenharia de Produção, enquanto mantinha as atividades do doutorado. A prática da formação em Extensão Rural se deu em uma cooperativa de leite em Catalão.

O professor conta que o processo de abandonar a vida que conhecia para recomeçar em um novo estado foi desafiador. Com o tempo, construiu uma nova rede de apoio. O truque inicial para socialização do gaúcho foi assar carne. “Paradoxalmente, eu não sabia fazer porque lá no Sul quem fazia churrasco eram meus amigos, que faziam melhor que eu”, comenta bem humorado.

Seu doutorado foi concluído em 2011 e em 2013 foi ao Reino Unido para fazer um pós-doutorado em Empreendedorismo para Estudantes de Engenharia, na Irlanda do Norte.

Gestão

No seu retorno, Júlio se envolveu com a gestão da universidade, participando inclusive da eleição para diretoria do campus, em Catalão. Apesar de ter perdido, “ganhei muita experiência, processo de amadurecimento, inclusive, conhecer melhor a instituição”.

Em 2014, “houve um acordo que eu iniciaria o campus de Aparecida de Goiânia”. O envolvimento do docente com a universidade dava frutos. “Novamente carreguei meu carro com minhas coisas e me mudei para Aparecida de Goiânia para iniciar o campus”, compartilha início do novo ciclo. Em 2015, ele se tornou oficialmente o 1º diretor da unidade.

Apesar do apoio da UFG, a criação do campus coincidiu com o “processo de restrição orçamentária para educação superior”, o que impôs desafios ao projeto. Apesar dos percalços, o crescimento do campus veio. Engenharia de Produção foi o 1º curso estabelecido, ainda em 2014, e em 2015 vieram as formações



Júlio se orgulha da estrutura familiar que teve no Sul enquanto crescia | Foto: Arquivo.

em Geologia e em Engenharia de Transportes. Entre 2020 e 2021 veio a 4ª graduação em Engenharia de Materiais. Nesse período, mais recursos e novos colegas se somaram, garantindo expansão das atividades.

Os mestrados começaram em 2015, com o programa em Administração Pública. Em 2018, surge o programa em Engenharia de Produção, “antes de completar 5 anos do curso de graduação”, celebra o professor. Em 2023, vem o mestrado em Geociências da Geologia, o 3º da instituição.

Neste ano, a sede do campus Aparecida ficou pronta e a mudança do prédio da UEG, onde a unidade funcionou até então, teve início. “De setembro de 2023 para cá, já melhorou substancialmente a estrutura aqui”, Júlio destaca os avanços que continuam.

Hoje, a unidade conta com mais de 600 graduandos, 100 mestrados, 60 docentes e um corpo funcional próximo de 100 colaboradores. O desafio que se coloca agora é a consolidação estrutural do campus e dos cursos oferecidos, com mais pessoal e recursos envolvidos.

Ao ser questionado se traz arrependimentos, o professor fala em sua esposa, Alexandra, e em seu filho, Pietro, e diz que não faria nada diferente. Por fim, ele conclui dizendo que “meu projeto profissional de vida é a UFG”.



Após deixar a casa dos pais, Júlio morou em uma república com oito primos | Foto: Arquivo.



Júlio Cesar Valandro foi um dos responsáveis pela criação do Campus Aparecida de Goiânia | Foto: Nilma Ayumi.

Foto: Arquivo.



Prefeito de Aparecida de Goiânia homenageou o professor



Júlio, seu filho Pietro e sua esposa Alexandra

Foto: Nilma Ayumi / ADUFG-Sindicato